

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE - SC

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5/2020**

**OBJETO:** Outorga de Concessão Onerosa de serviço de Implantação, exploração e administração de estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos do Município de Herval d'Oeste.

**PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**, pessoa jurídica de direito interno privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.400.407/0001-84, com sede à Rua Carlos Gomes nº 1107, Centro, na cidade de Araraquara – SP, por seu Procurador infra-assinado, vem, tempestivamente, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso administrativo que propõe a empresa RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A.

#### DOS FATOS

No dia 03 de novembro de 2020 reuniram-se o Pregoeiro e seus respectivos membros da Equipe de Apoio, designados para realizar os procedimentos da Concorrência Pública 1/2020.

Após a etapa de análise documental, declarou-se habilitada as empresas PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, GVP PARK SERVIÇOS LTDA, HIPER OFF LTDA, BR PARKING ESTACIONAMENTO LTDA, BR-TIC INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SÓ PARAR TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTO EIRELI, RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A, SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL e G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA.

Por esta razão, a empresa RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A apresentou recurso quanto a motivação da habilitação da recorrida, com argumentos de que a empresa PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA compõe o grupo MERLOS JR EMPREENDIMENTOS LTDA, cuja a participação



está impedida de participar de qualquer procedimento licitatório, em razão da proibição de contratar com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A recorrente realiza a juntada de documentos referente a empresa MERLOS JR, e da Carteira de habilitação do Sr. Valter Merlos, o que se faz necessária a apresentação destas contrarrazões, justificadas pelo direito abaixo enunciados.

## DO DIREITO

A empresa PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA não possui grupo econômico como assim menciona a recorrente.

A caracterização de grupo econômico para afetação do patrimônio das demais empresas desse grupo, segundo a Lei de Sociedades Anônimas, exige a celebração de um contrato solene entre as empresas, a teor do artigo 265 do Diploma em questão. *In verbis*:

A sociedade controladora e suas controladas podem constituir, nos termos deste Capítulo, grupo de sociedades, mediante convenção pela qual se obriguem a combinar recursos ou esforços para a realização dos respectivos objetos, ou a participar de atividades ou empreendimentos comuns.

Já a Lei Trabalhista expandiu o conceito de grupo econômico, tornando desnecessária a contratação específica, nos termos do § 2º, do art. 2º, da CLT:

Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

O conceito da justiça do trabalho é o mesmo adotado na justiça cível, uma vez que em que pese não haja previsão expressa no Código Civil para tanto, a jurisprudência é pacífica no sentido de que, para a configuração de grupo econômico para afetação das demais empresas que desse grupo, é no sentido de que o grupo empresarial, na ceara cível, é caracterizado quando as empresas (i) exercem a mesma atividade, (ii)





possuem os mesmos sócios e (iii) estão estabelecidas no mesmo local, podendo, assim, o arresto/penhora recair sobre empresa do mesmo grupo.

Desta forma, podemos visualizar que embora o sr. VALTER MERLOS não é sócio da empresa Merlos Jr, e nunca foi, nota-se também que a empresa MERLOS possui sede na cidade de Ribeirão Preto e a PROVAC em Araraquara, outro fator que diverge ambas empresas.

Ao consultar o quadro de sócios e administradores – QSA da empresa MERLOS JR EMPREENDIMENTOS LTDA, constata-se que o sócio se trata de FLÁVIO AUGUSTO DARINI, o que em nada se comunica com a empresa PROVAC.

O grupo econômico aventado pelo Direito do Trabalho define-se, pois, como figura resultante da vinculação justrabalhista que se forma entre dois ou mais entes, favorecidos direta ou indiretamente pelo mesmo contrato de trabalho, em decorrência de existir entre esses entes laços de direção ou subordinação em face de atividades que exercem. Nesse sentido é a Jurisprudência:

*"INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS. GRUPO ECONÔMICO NÃO CARACTERIZADO. No regime da Consolidação, o grupo econômico configura-se por subordinação, o que significa que é essencial que uma empresa exerça "a direção, o controle ou a administração" das demais (CLT, art. 2º, § 2º)" (6ª Turma, Processo TRT/SP nº 0039500-67.2009.5.02.005).*

Como se denota, forma-se o grupo econômico quando várias empresas, embora distintas entre si, são constituídas e dirigidas, basicamente, **pelas mesmas pessoas**. Lado outro, a ausência de prova de que entre as empresas há relação de subordinação ou controle de uma sobre a outra, ou, ainda, coordenação horizontal, leva à improcedência do reconhecimento de grupo econômico. Vejamos:

**"GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. (...)** A caracterização do grupo econômico depende de que uma empresa esteja sob direção, controle ou administração de outra. Nesse contexto, a mera existência de sócios comuns e de relação de coordenação entre as empresas não tem o condão de resultar na responsabilização solidária das recorrentes, porquanto se faz necessária a configuração de hierarquia entre as empresas para a caracterização do grupo econômico, hipótese não verificada nos presentes autos. Ocorre que, das premissas fáticas



lançadas pelo Tribunal a quo, verifica-se que não havia direção, administração ou controle de sócio comum ou de uma empresa sobre a outra, não havendo provas da configuração de grupo econômico, mormente diante da inexistência de atos gerenciais de uma empresa sobre outra. Recursos de revista conhecidos e providos" (TST - ARR: 684020175170006, Relator: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 12/12/2018, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/12/2018).

"GRUPO ECONÔMICO. NÃO CONFIGURAÇÃO. O simples fato de as empresas terem, em determinado momento, um administrador comum, por si só, não caracteriza grupo econômico, impondo-se a existência de subordinação ou coordenação entre elas. Não há qualquer evidência de confusão patrimonial ou administrativa entre a sétima reclamada e as demais, que atuam em ramos econômicos distintos. Afasta-se a responsabilidade solidária da sétima ré no caso em análise. Recurso ordinário a que se dá provimento". PROCESSO nº 1002237-68.2016.5.02.0609 (RO). Publicação 07/06/2018.

No caso concreto, ambas empresas não possuem os mesmos sócios, não há subordinação ou coordenação entre elas, na realidade em nada se comunicam.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, destaca-se que a mera existência de sócios em comum não leva ao reconhecimento jurídico de grupo econômico. Tanto é verdade que, a Lei n. 13.467/2017 ("Reforma Trabalhista") acrescentou o parágrafo 3º ao artigo 2º da CLT, com a seguinte redação:

*"§ 3º Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes"*

Assim sendo, é impossível o reconhecimento do grupo econômico quando o único elo que une as empresas é apenas a existência de alguns sócios em comum, eis que tal situação não revela a existência de uma relação de subordinação e entrelaçamento entre elas.

No que tange o entendimento no direito licitatório, no caso, de uma licitante ter sido afastada por integrar o mesmo grupo econômico de empresa suspensa de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina. Nesse caso, a Administração defendeu a aplicação da desconsideração da





personalidade jurídica, por se tratar de empresas do mesmo grupo econômico, defendendo, ainda, a extensão dos efeitos da sanção a toda a Administração Pública.

De acordo com o relator, "não passa despercebido que todas as empresas pertencem ao mesmo grupo econômico e os documentos referentes ao Contrato Social de cada empresa aponta que são representadas pelo mesmo diretor". Acrescentou que não há dúvida sobre a existência de relação de subordinação e dependência ou sobre a confusão patrimonial entre as empresas, "tendo em vista que não há completa identidade de sócios, cada empresa possui CNPJ diferente, endereços distintos, objeto social similar (mas não idênticos) e comprovação de capacidade técnica própria". No entanto, observou que "inexistem quaisquer indícios de conduta suspeita ou fraudulenta da empresa que foi inabilitada no certame". Com base nisso, ressaltou que **"empresas do mesmo grupo econômico, ou empresas que possuem o mesmo sócio, podem participar de procedimentos licitatórios sem que se configure violação ao princípio da competitividade, com exceção à modalidade convite e nos casos de dispensa de licitação"**.

Ao citar o art. 9º da Lei de Licitações o relator pontuou que **"a lei não abrange o impedimento de participação de pessoa física ou jurídica da qual seja integrante sócio que possua relação com membro de outra empresa concorrente. Não se pode admitir em nosso direito a presunção segundo a qual a relação entre os sócios, por si só, já implicaria em violação à isonomia e à moralidade, acarretando em favorecimento a determinada pessoa física ou jurídica"**. O relator considerou que **"ao inviabilizar a participação de uma empresa tão somente pelo fato de um de seus sócios ser integrante de outra empresa participante do certame, estará o Estado negando, de forma injusta e desarrazoada, o direito daquela mesma empresa ter acesso ao mercado público e, dessa forma, prestar um serviço e, conseqüentemente, perceber um acréscimo patrimonial legítimo"**.

Em complemento, citou manifestação do TCU que "tem decidido reiteradamente sobre a possibilidade de participação de empresas com sócios comuns ou com grau de parentesco participarem de uma mesma licitação". Diante disso, esclareceu que, **"se até empresas com sócios em comum podem participar de processos de licitação, não se configura relevante, no presente caso, o argumento de que as empresas apresentam o mesmo dirigente"**. Concluiu, portanto, "inaplicável a desconsideração da personalidade jurídica no presente caso. Não foram apurados indícios de fraude, nem constatado o intuito de criação de nova pessoa jurídica para burlar o procedimento administrativo". Com fundamento nesses argumentos, foi negado provimento aos recursos, mantendo a sentença em reexame necessário para permitir que a empresa impetrante participe do certame. (Grifamos.) (TJ/PR, ACRN nº 1567056-9).





Portanto, as alegações trazidas pela recorrente em nada se comunicam com a realidade, tendo em vista que a PROVAC é dirigida por CÉLIA DE FREITAS MERLOS, RICARDO MERLOS e VALTER MERLOS, e não por nenhum FLÁVIO DARINI, não havendo inclusive qualquer situação que evidencie a existência de uma relação de subordinação e entrelaçamento entre elas, no qual as alegações trazidas pela recorrente devem ser desconsideradas por esta Comissão.

Desta forma, a inabilitação da empresa habilitada acabaria por afastar as regras que a própria Administração Pública no curso do processo da licitação estabeleceu em seu instrumento convocatório, devendo assim, garantir a segurança jurídica e estabilidade na relação jurídica decorrente no presente certame, bem como assegurar o tratamento isonômico com as licitantes, observando estritamente as disposições constantes do edital.

Sendo assim, não há o que prosperar as alegações apresentadas pela recorrente quanto a comprovação da qualificação técnica, pois os atestados atendem ao edital. Não deve ainda, a licitante recorrente realizar tentativas de criar itens editalícios, com finalidade de induzir esta nobre comissão a erro.

#### DOS PEDIDOS

Requer, que seja julgado improcedente o recurso apresentado pela licitante RIZZO PARKING MOBILITY S/A e que as contrarrazões fundamentadas de PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA venha a ser procedente, mantendo a decisão de habilitação neste certame.

Caso a presente contrarrazões não seja acolhida, contravindos estarão todos os princípios, levando cópia ao Tribunal de Contas para as providências de praxe.

Araraquara, 17 de novembro de 2020

  
PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA

CNPJ 50.400.407/0001-84

Célia de Freitas Merlos  
CPF: 020.426.518-50  
RG: 6.616.262-2  
Proprietária

**50.400.407/0001-84**  
**PROVAC TERCEIRIZAÇÃO  
DE MÃO DE OBRA LTDA.**  
RUA CARLOS GOMES, 1107  
CENTRO - CEP 14801-340  
ARARAQUARA SP

